

ATA NÚMERO VINTE E SEIS

ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DA CÂMARA MUNICIPAL DE FORNOS DE ALGODRES REALIZADA NO DIA 12 DE OUTUBRO DE 2018

Aos doze dias do mês de outubro do ano dois mil e dezoito, nesta vila de Fornos de Algodres, no edifício dos Paços do Concelho e na sala de reuniões para o efeito destinada, reuniu a Câmara Municipal de Fornos de Algodres com as presenças de: António Manuel Pina Fonseca, que presidiu, Alexandre Filipe Fernandes Lote, Bruno Henrique Figueiredo Costa, Rita Isabel Almeida Silva e Maria Joaquina Santos Fernandes Domingues, Vereadores. -----

Secretariou a reunião Américo Oliveira Domingues, Chefe de Divisão de Administração Geral. -----

Verificada a existência de quórum conforme o disposto no artigo 54.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua atual redação, deu-se início aos trabalhos pelas quinze horas e trinta minutos. -----

PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA -----

Usou da palavra o Senhor Presidente para cumprimentar os Senhores Vereadores e os Chefes de Divisão Técnica Municipal e de Administração Geral. -----

O Senhor Presidente entregou à Senhora Vereadora Rita Silva, um dossier com os documentos por si solicitados. -----

Informou que relativamente ao encerramento dos ctt, na altura da sua primeira comunicação nesta reunião de Câmara só estava previsto o fecho das estações em Fornos de Algodres e Manteigas, no entanto, neste momento, a situação tinha-se generalizado alastrando-se a outros Municípios da Comunidade Intermunicipal Beiras e Serra da Estrela e ainda a outros tal com Aguiar da Beira. Assim, na qualidade de representante da CIMBSE, e após uma reunião com o Presidente da ANMP, foi enviada toda a documentação relativa ao fecho dos CTT, que resultou numa proposta de deliberação do Conselho Diretivo da ANMP onde faz uma serie de recomendações, nomeadamente questionar o Governo e a Anacom acerca do encerramento das estações e caso a situação se mantenha propor que o Governo revogue o acordo de concessão com os CTT. Por outro lado, sob sua proposta, na última reunião do Conselho Intermunicipal, a Comunidade Intermunicipal iria avançar com uma providência cautelar, no sentido de reverter todo o processo. -----

Interveio o Senhor Vice-Presidente salutando o facto da ANMP finalmente ter vindo defender os Municípios sobre essa matéria, uma vez que na sua opinião, não estava assegurada a qualidade do serviço publico, não sabendo como é que a ANACOM a iria conseguir aferir. -----

Deu ainda conhecimento do início das atividades regulares do Projeto Fornos Vida, com ligeiras alterações, nomeadamente a junção de vários grupos para que as aulas se tornem mais dinâmicas e interessantes para os idosos. -----

Cumprindo para o efeito o Estatuto dos Eleitos Locais, a Senhora Vereadora Rita Silva, entregou ofício onde reitera o pedido de emissão da reprodução ou da certidão consoante o caso, dos pedidos não satisfeitos, nomeadamente: -----

- Informação de como tinha sido solicitado o desembolso do montante relativo ao processo judicial n.º 531/14.5 BECTB, uma vez que não teve conhecimento do primeiro e segundo desembolso do FAM que ocorreram em 15/05/2017 e 29/12/2017 respetivamente, nomeadamente quais os elementos que foram remetidos para que esse fosse desembolsado; -----

- Disponibilização do auto de medição n.º 1, fatura, ordem de pagamento, recibo a existir, da obra de “Recuperação da Escola Primária de Fornos de Algodres”; -----

- Informação de quais os projetos que deram origem à alteração orçamental de 21 de junho de 2018 visto que em água e saneamento houve um acréscimo significativo de € 118.000,00; -----

- Listagem dos locais, bem como a tipologia de intervenção referentes ao Programa de Requalificação de Fossas do Concelho que vão ser alvo de intervenção e que se encontram orçamentadas para 2018; -----

- Listagem dos locais, bem como a tipologia de intervenção referentes ao Programa de Ampliação e Requalificação de Redes de Drenagem Residual Doméstica / Esgotos, que se encontram orçamentadas para 2018; -----

- Listagem dos locais, bem como a tipologia de intervenção relativa ao Plano de Manutenção de Espaços Públicos; -----

- Listagem dos locais, bem como a tipologia de intervenção relativa ao Plano de Manutenção de Caminhos e Estradas; -----

- No seguimento do pedido de 27 de abril de 2018, e autorizado a 25 de maio de 2018 a sua consulta, em que solicita qual a despesa e receita da Feira do Queijo, nomeadamente pedidos de cabimento, compromisso, procedimentos de contratação e receita arrecadada do evento, por cliente e/ou beneficiário nomeadamente os pagamentos das entidades participantes e demais receita, solicitou ao Chefe de Divisão de Administração Geral os elementos que necessitava, uma vez que não pretende realizar qualquer consulta, onde, por uma questão de agilidade de tarefas, anexou um quadro em excel com os elementos que efetivamente necessitava e que lhe foram recusados no dia 31 de julho de 2018 e por isso solicita que sejam facultados os elementos constantes no documento que anexou a 3 de agosto de 2018; -----

- A execução orçamental do Plano Plurianual de Investimentos (PPI), acumulado até ao dia 30/06/2018, a qual deverá conter as seguintes informações, a fim de dar uma imagem clara e apropriada da referida execução: a designação do projeto, o valor previsto, o valor cabimentado e comprometido, o valor pago e o nível de execução; -----

- Cópias dos elementos que fazem parte integrante dos processos remetidos ao FAM, para que este procedesse ao desembolso do montante relativo ao processos judiciais n.º 340/14.1BECTB, 347/14.9BECTB, 346/14.0BECTB, 349/14.5BECTB, 348/14.7BECTB, 345/14.2BECTB, 351/14.7BECTB, 350/14.9BECTB, 339/14.8BECTB, 344/14.4BECTB, 341/14.0BECTB, 342/14.8BECTB, 343/14.6BECTB - relativos à empresa Lopes & Irmãos, Lda e ao processo judicial n.º 99/15.5BECTB - relativo à empresa Andrades, Lda, nomeadamente, todos os elementos que remeteram na instrução do processo, guias de receitas relativas às transferências do FAM e caso os empreiteiros já tiverem recebido, ordem de pagamento e demais documentação apensa; -----
- Acesso ao laudo da Ordem dos Advogados, bem como a todo o processo remetido a essa Ordem e ainda à contestação do Dr. Oliveira junto do TAF, uma vez que o Senhor Presidente afirmou que o Dr. Miranda tinha colocado um processo junto do TAF de Castelo Branco, no sentido de lhe ser pago um valor de cerca de € 13.000,00 relativo a honorários do seu advogado e que a Câmara iria contrapor e que até já tinha diligenciado junto da Ordem dos Advogados um laudo para que esta se pronunciasse se efetivamente o valor cobrado pelo advogado era real; -----
- Memorando referente a processos judiciais e extrajudiciais pendentes, em resultado do impacto financeiro que têm para o Município, questionando se a Câmara já se constituiu assistente no âmbito das queixas crime de 2015 e 2017; -----
- Cópia da troca de correspondência relativamente aos pareceres, ou seja, cópia do ofício enviado à CCDRC onde o Senhor Presidente solicita informação sobre a adequabilidade dos documentos parte integrante das declarações de voto por si realizadas uma vez que na sua opinião tratam-se efetivamente de declarações de voto e não qualquer outro documento de suporte à discussão; -----
- Razões da não existência de consulta pública do Regulamento para Concessão de Apoios a Alunos do Pré-Escolar e 1.º Ciclo do Ensino Básico, aprovado em Assembleia Municipal no dia 13 de agosto de 2018; -----
- Qual a legitimidade e/ou possibilidade da Câmara Municipal de Fornos de Algodres instaurar ações de regresso contra o ex-Presidente da Câmara pelo montante pago pelo Município à firma Boletto & Pinto, Lda, uma vez que foram violados todos os procedimentos de contratação pública, solicitando parecer onde deve ser mencionado o porquê do então Presidente da Câmara Municipal não ser parte no processo e sim testemunha, a pertinência, a legitimidade, os prós e contras da instauração de ação de regresso e qual a viabilidade jurídica. ----
- Qual ou quais as viaturas alvo de reparação, de janeiro a agosto de 2018, e que tipo de reparação, bem como o orçamento das mesmas, solicitando ainda conta corrente - programa AIRC de todas as oficinas que fazem reparações de viaturas para o Município e informação se nas fichas de reparação das viaturas têm sido registadas as referidas reparações; -----
- Processo e contratação onde se reflita o acréscimo em relação a vigilância e segurança; -----
- Conta corrente - programa AIRC da Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários de Fornos de Algodres; -----

- Justificação detalhada das atividades que originaram um acréscimo de custo, uma vez que se verificou um reforço, no projeto “Uso eficiente da Água”; -----
 - Processo de contratação do programa gestão pela qualidade. -----
 - Listagem dos locais, bem como a tipologia de intervenção relativa ao Programa de Valorização e Revitalização de Espaços Urbanos; -----
 - Todo o procedimento de contratação (desde a abertura até à fase em que se encontra) com vista à contratação da prestação de serviços de um Revisor Oficial de Contas, conforme informação veiculada pelo Senhor Presidente na última reunião de Assembleia. -----
- Usou da palavra a Senhora Vereadora Maria Joaquina Domingues referindo-se à última reunião de Assembleia Municipal em que interveio sem pedir autorização, desrespeitando o funcionamento da mesma, mas que não se podia calar porque não era aceitável, correto e eticamente profissional que um membro da Assembleia fosse para lá falar de algo que se tinha passado numa reunião do Conselho Geral do Agrupamento de Escolas, onde nem sequer esteve presente e da qual não tinha saído ata. -----

PERÍODO DA ORDEM DO DIA -----

1 - APROVAÇÃO DAS ATAS DAS REUNIÕES ORDINÁRIAS DE 31 DE AGOSTO E 14 DE SETEMBRO DE 2018 -----

O Senhor Presidente, após leitura das atas propôs a sua aprovação. -----
Relativamente às atas das reuniões ordinárias de 31 de agosto e 14 de setembro de 2018, a Senhora Vereadora Rita Silva informou que iria votar contra, conforme declarações de voto apresentadas e que se dão aqui como transcritas: -----

*“Declaração de Voto Contra a Ata N.º 23 de 31 de agosto de 2018 -----
Após leitura da Ata, verifiquei várias não conformidades, no período antes da ordem do dia que passo a enumerar: -----*

*1 - Período Antes da Ordem do Dia -----
Fiz leitura do ofício em voz alto onde solicito esclarecimentos ao abrigo do direito de informação nos termos da lei 24/98 de 26 de maio, que se dá aqui como transcrito: -----*

*Exmo. Senhor, -----
Rita Isabel Almeida Silva, vereadora em regime de não permanência, cumprindo para o efeito o Estatuto dos Eleitos Locais, vem por este meio reiterar, o pedido de emissão da reprodução ou da certidão consoante o caso, dos pedidos não satisfeitos: -----*

Pedidos	Data do Pedido	Estado
<i>Não tive conhecimento do primeiro e segundo desembolso do FAM que ocorreram em 15/05/2017 e 29/12/2017 respectivamente. Assim gostaria que me informasse como foi solicitado o desembolso do montante relativo ao processo Judicial n. 531/14.5 BECTB. Quais os elementos que remeteram para que este fosse desembolsado.</i>	19 de abril de 2018	Sem Resposta
<i>“Recuperação da Escola Primária de Fornos de Algodres”, solicito que me seja disponibilizado o auto de medição o auto de medição 1, fatura, ordem de pagamento e recibo a existir.</i>	13 de abril de 2018	Apenas me foi entregue o processo de contratação, solicito a totalidade da informação
<i>Na alteração orçamental de 21 de junho de 2018 em água e saneamento houve um acréscimo significativo de 118.000€, para vários projetos, quais?</i>	21 de junho de 2018	Sem Resposta
<i>Listagem dos locais, bem como a tipologia de intervenção, Programa de Requalificação de Fossas do Concelho vão ser alvo de intervenção, que se encontram orçamentadas para 2018</i>	21 de junho de 2018	Sem Resposta
<i>Listagem dos locais, bem como a tipologia de intervenção do Programa de Ampliação e Requalificação de Redes de Drenagem Residual Doméstica/Esgotos, que se encontram orçamentadas para 2018</i>	21 de junho de 2018	Sem Resposta
<i>Listagem dos locais, bem como a tipologia de intervenção relativa ao Plano de Manutenção de Espaços Públicos</i>	21 de junho de 2018	Sem Resposta
<i>Listagem dos locais, bem como a tipologia de intervenção relativa ao Plano de Manutenção de Caminhos e Estradas</i>	21 de junho de 2018	Sem Resposta
<i>No seguimento do pedido de 27 de abril de 2018, em que solicito qual “a despesa e Receita da Feira do queijo, nomeadamente pedidos de Cabimento, compromisso e procedimentos de contratação. Solicito também a receita arrecadada do evento, por cliente e/ou beneficiário nomeadamente os pagamentos das entidades participante no evento e demais receita”, autorizado a 25 de maio de 2018, a</i>	27 de abril de 2018 e 3 de agosto de 2018	Sem Resposta

Pedidos	Data do Pedido	Estado
<p><i>consulta, solicitei ao chefe da DAG, os elementos que necessito, uma vez que não pretendo realizar qualquer consulta. Assim e no meu pedido ao chefe da DAG, e por uma questão de agilidade e tarefas, anexei um quadro em excel (que anexo), com os elementos que efetivamente necessito, o qual me foram recusados no dia 31 de julho de 2018. Assim solicito, que me sejam facultados os elementos constantes no documento que anexei a 3 de agosto 2018;</i></p>		
<p><i>A execução orçamental do Plano Plurianual de Investimentos (PPI), acumulado até ao dia 31/06/2018. A fim de dar uma imagem clara e apropriada da referida execução, esta listagem deverá conter as seguintes informações:</i></p> <ul style="list-style-type: none"> - A designação do projecto, - O valor previsto, - O valor cabimentado e comprometido, - valor pago e o nível de execução - O valor cabimentado e comprometido, valor pago e o nível de execução. 	<p>3 de agosto de 2018</p>	<p>Sem Resposta</p>
<p><i>Em virtude não ter tido conhecimento do primeiro e segundo desembolso do FAM nem dos restantes. Gostaria que me fossem facultados cópias dos elementos parte integrante dos processos remetidos ao FAM, que a seguir elenco, para que este procedesse ao desembolso do montante relativo aos processos Judiciais n. 340/14.1BECTB, 347/14.9BECTB, 346/14.0BECTB, 349/14.5BECTB, 348/14.7BECTB, 345/14.2BECTB, 351/14.7BECTB, 350/14.9BECTB, 339/14.8BECTB, 344/14.4BECTB, 341/14.0BECTB, 342/14.8BECTB, 343/14.6BECTB - relativo à empresa Lopes & Irmão e processo judicial n.º 99/15.5BECTB relativa à empresa Andrades, Lda..:</i></p> <ul style="list-style-type: none"> - Todos os elementos que remeteram na instrução do processo; 	<p>3 de agosto de 2018</p>	<p>Sem Resposta</p>

Pedidos	Data do Pedido	Estado
<p>- Guias de receitas, relativas às transferências do FAM</p> <p>- E caso os empreiteiros já tiverem recebido, solicito também a ordem de pagamento e demais documentação apensa.</p>		
<p>Na passada reunião de Câmara afirmou que o Dr. José Miranda tinha colocado um processo junto do TAF de Castelo Branco, no sentido de lhe ser pago um valor de cerca de 13.000,00€ relativo a honorários do seu advogado e que a Câmara iria contrapor. Contudo, até já tinha diligenciado junto da Ordem dos Advogados um laudo para que esta se pronunciasse, se efetivamente o valor cobrado pelo advogado era real. Assim, gostaria de ter acesso ao laudo da Ordem dos Advogados, a que se referiu o Sr. Presidente, bem como a todo o processo remetido a essa Ordem e ainda à contestação do Dr. Oliveira junto do TAF;</p>	3 de agosto de 2018	Sem Resposta
<p>Solicito memorando referente a processos judiciais e extrajudiciais pendentes, em resultado impacte financeiro que têm para o município e questiono também se a Câmara já se constituiu assistente, no âmbito das queixas crime de 2015 e 2017.</p>	3 de agosto de 2018	Sem Resposta
<p>Cópia da troca de Correspondência relativamente aos pareceres, ou seja, cópia do ofício enviado à CCDRC onde o Sr. Presidente solicita informação sobre a adequabilidade dos documentos parte integrante das declarações de voto por mim realizadas uma vez que na minha opinião tratam-se efetivamente de declarações de voto e não qualquer outro documento de suporte à discussão</p>	17 de agosto de 2018	Sem Resposta
<p>Apontar as razões da não existência de consulta pública do Regulamento para concessão de Apoios a alunos do Pré-escolar e 1.º Ciclo do Ensino Básico, aprovado em Assembleia Municipal no dia 13 de agosto de 2018</p>	17 de agosto de 2018	Sem Resposta
<p>Tendo condenação do Município da dívida do Boletto & Pinto, Lda, onde resultou da sentença "Esses trabalhos foram</p>	17 de agosto de 2018	Sem Resposta

Pedidos	Data do Pedido	Estado
<p><i>requisitados pelo então Presidente da Câmara Municipal de Fornos de Algodres” entre 15-12-2009 e 15-01-2012 e nas restantes dívidas já objeto de acordo também resulta dos mesmos acordos tal facto, qual a legitimidade, a possibilidade da Câmara Municipal de Fornos de Algodres instaurar ações de regresso contra o “então Presidente da Câmara Municipal de Fornos de Algodres” pelo montante pago pelo Município, uma vez que violaram todos os procedimentos de contratação pública.</i></p> <p><i>Como o então Presidente da Câmara Municipal de Fornos de Algodres, é solidariamente responsável gostaria de questionar o Dr. Oliveira solicitando parecer para o efeito, onde deve ser mencionado:</i></p> <p><i>1 - O porquê deste não ser parte no processo e sim testemunha;</i></p> <p><i>2 - Da pertinência;</i></p> <p><i>3 - Da legitimidade;</i></p> <p><i>4 - Dos pós e contras da instauração de ação de regresso;</i></p> <p><i>5 - E qual a viabilidade jurídica.</i></p>		

Solicito ainda que sejam satisfeitos os pedidos abaixo mencionados, com recurso à emissão da reprodução: -----

1 - Qual ou quais as viaturas alvo de reparação de Janeiro a Agosto 2018 e que tipo de reparação, bem como o orçamento das mesmas. Solicito ainda conta corrente - programa AIRC de todas as oficinas que fazem reparações de viaturas móveis para o Município. Para o efeito solicito também informação, se nas fichas de reparação de viatura têm sido registadas as referidas reparações. -----

2 - Em relação a vigilância e segurança solicito processo e contratação onde se reflita o acréscimo; -----

3 - Conta corrente - programa AIRC da Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários de Fornos de Algodres; -----

4 - No projecto “Uso eficiente da Água”, e uma vez que se verificou um reforço, solicito justificação detalhadas das atividades que originaram este acréscimo de custo; -----

5 - O processamento das presenças, em todas as reuniões de Câmara e Assembleia, desde a minha destituição. -----

II - Proposta de Alteração Orçamental 5/2018 e Proposta de Alteração às Grandes Opções do Plano - GOP (PPI) N.º 5/2018 -----

Apresentei declaração de voto contra os pontos 1 e 2, que irregularmente não se dá como transcrita, na ata e que passo a transcrever: -----

Após leitura e análise dos pontos 1 e 2 da convocatória para reunião pública mensal de 31 de agosto de 2018, recebida a 29 de agosto de 2018 solicitei um conjunto de esclarecimentos no âmbito da Informação DC/055/2018/DAG/1037, no dia 30 de agosto de 2018, que a seguir elenco: -----

1 - Qual ou quais as viaturas alvo de reparação de janeiro a agosto 2018 e que tipo de reparação, bem como o orçamento das mesmas. Solicito ainda conta corrente - programa AIRC de todas as oficinas que fazem reparações de viaturas móveis para o Município. Para o efeito solicitei também informação, se nas fichas de reparação de viatura têm sido registadas as referidas reparações. -----

2 - No que se refere a comunicações e em virtude do reforço de 5.000€, questioneei o porquê acréscimo, solicitando conta corrente dos telemóveis e demais comunicações; -----

3 - Em relação a vigilância e segurança solicito processo e contratação onde se reflita o referido acréscimo; -----

4 - Porque se verificou o reforço para pagamento das EIP's, solicitei para o efeito conta corrente da Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários de Fornos de Algodres. -----

5 - No projeto "Uso eficiente da Água", e uma vez que se verificou um reforço, solicitei justificação detalhadas das atividades que originaram este acréscimo de custo. -----

Em virtude da informação solicitada ser relevante para fundamentar o conhecimento do exercício de uma votação competente, e não me ter sido fornecida, voto contra invocando a insuficiente informação. -----

Isto foi o que na realidade se passou e para que conste a verdade apresento esta declaração de voto que explica os fundamentos do meu voto contra esta ata. -----

Fornos de Algodres, 12 de outubro de 2018 -----

A Vereadora -----

(Rita Isabel Almeida Silva)" -----

"Declaração de Voto Contra a Ata n.º 24 de 14 de setembro de 2018 -----

Após leitura da Ata, verifiquei várias não conformidades, no período antes da ordem do dia e Ponto 1 que passo a enumerar: -----

Período Antes da Ordem do Dia: -----

1 - Entreguei ofício em que reiterei pedidos em falta, e referi desta vez não iria ler em voz alta pelo dia que estaríamos a viver que era um dia de pesar. -----

| -----

Ponto 1 - Aprovação das atas das reuniões ordinárias de 3 e 17 de agosto e da ata da reunião extraordinária de 6 de agosto -----

Enquanto lia o voto contra a ata de 06 de agosto interrompi o senhor Presidente fazendo as seguintes questões, no sentido de perceber se o que tinha sido debatido os pontos que levaram à referida alteração orçamental:

Pergunta 1 - -----

Como referiu a 06 de agosto 2018 que devido ao aumento substancial da fatura da luz, da qual iria pedir esclarecimentos à EDP e assim iria reunir a fim de perceber o que se passou. Já reuniu para perceber o que se passou? -----

Resposta 1 - -----

O Senhor Presidente respondeu que pediu para validar, falei com o administrador no sentido de validar, o período de contagem com a faturação desse período. Se estiver esclarecido, trarei a reunião de Câmara, se não ficar esclarecido, pedirei uma reunião com o administrador da EDP. -----

Pergunta 2 - -----

O senhor Presidente referiu ainda que, na rubrica conservação de bens, há um ligeiro acréscimo devido a reparações. Assim informou da existência de duas retroescavadoras que nesta data, estão com orçamentos de reparação bastante elevado se estaria a pensar adquirir novas máquinas. Já adquiriram? -----

Resposta 2 - -----

Não -----

Pergunta 3 - -----

Questionei o Sr. Presidente se a candidatura se a candidatura “Unidade Móvel de Saúde” já tinha sido apresentada pela CIM, em virtude de ter dito que esta ainda ia ser feita este ano? -----

Resposta 3 - -----

Não, uma vez que a CIM se encontra à espera de pareceres e que não sabe quando haverá concurso uma vez não há compromisso por parte desta ARSC com o hardware e software informático. -----

Pergunta 4 - -----

Questionei o Senhor Presidente se o programa gestão pela qualidade, já teria sido adjudicado? -----

Resposta 4 - -----

O Senhor Presidente respondeu afirmativamente, ao que eu intervi e solicitei o processo de contratação. -----

O Senhor Vereador Bruno Costa, pediu a palavra ao senhor Presidente para intervir e dirigiu-se a mim Rita Silva, de forma irónica, que achava impossível decorar numa só reunião tudo o que se tinha passado com essa precisão, colocando a questão se as reuniões estariam a ser gravadas. Eu referi que eu não, quanto aos outros não saberia. -----

Referi também que, queria que ficasse registado que o vereador Bruno Costa, me teria interpelado a mim diretamente, questionando se estava a gravar as atas devido aos pormenores aí constantes, ao que afirmei que é de conhecimento de todos que eu trago sempre, as minhas intervenções escritas e anoto as respostas que são dadas. E mais, caso não se lembrassem faço isso desde que sou vereadora, portanto desde 2013. -----

Interrompe o Senhor Presidente com a seguinte afirmação: “Agora quem fala sou eu?” E o que fica registado em ata é que o vereador Bruno Costa terá questionado se alguém estava a gravar as atas. Ao que eu intervi respondendo, que o que é realmente aqui dito não fica registado em ata... -----

Após o término da reunião de Câmara, o Dr. Américo Domingos que secretaria as reuniões de câmara, saiu para elaborar a ata em minuta, e ainda estava presente o Sr. Eng. Paulo - Chefe de Divisão Técnica Municipal, o senhor Presidente, os senhores vereadores Alexandre Lote e Bruno Costa. Ao que o Senhor presidente deu a reunião como terminada e solicitou ao Eng.º Paulo Santos que saísse da sala. -----

Refiro que a preocupação com atitudes persecutórias e que roçam assédio moral em relação à minha pessoa, até se esqueceu de votar a ata em minuta. -----

II -----

Ponto 2 - Relatório de Avaliação do Grau de Observância do Estatuto do Direito de Oposição -----

Após leitura da ata verifiquei que não constam todos as páginas parte integrante da declaração de voto relativa ao Relatório de Avaliação do Grau de Observância do Estatuto do Direito de Oposição, pelo que voto contra e anexo mais uma vez os documentos que foram omitidos e que são parte integrante da presente declaração de voto. -----

III - Proposta de Aprovação de Ata em Minuta -----

Neste dia não houve aprovação de Ata em minuta pelo que não deverá constar dessa mesma ata. O que se passou foi o seguinte: -----

Após o término da reunião de Câmara, o Dr. Américo Domingos que secretaria as reuniões de câmara, saiu para elaborar a ata em minuta, e ainda estava presente o Sr. Eng. Paulo - Chefe de Divisão Técnica Municipal, o senhor Presidente, os senhores vereadores Alexandre Lote e Bruno Costa. Ao que o Senhor presidente deu a reunião como terminada e solicitou ao Eng.º Paulo Santos - chefe de Divisão Técnica Municipal que saísse e que dava por encerrada a reunião. -----

Refiro que a preocupação com atitudes persecutórias e de assédio moral em relação à minha pessoa, até se esqueceu de votar a ata em minuta e como se pode verificara na convocatória de 1 de outubro de 2018 está para aprovação a ata em minuta desta mesma reunião. -----

Isto foi o que na realidade se passou e para que conste a verdade apresento esta declaração de voto que explica os fundamentos do meu voto contra esta ata. -----

Fornos de Algodres, 12 de outubro de 2018 -----

A Vereadora -----

(Rita Isabel Almeida Silva) -----

A Câmara deliberou aprovar por maioria a ata de 31 de agosto, com um voto contra da Senhora Vereadora Rita Isabel Almeida Silva, conforme declaração de voto apresentada e aprovar por maioria a ata de 14 de setembro, com um voto contra da Senhora Vereadora Rita Isabel Almeida Silva, conforme

declaração de voto apresentada e uma abstenção da Senhora Vereadora Maria Joaquina Santos Fernandes Domingues -----

2 - PEDIDO DE CERTIDÃO DE COMPROPRIEDADE REQUERIDA POR CARLOS ALBERTO NUNES DA FONSECA, PEDRO DA FONSECA VENÂNCIO DOS SANTOS E NUNO DA FONSECA VENÂNCIO DOS SANTOS -----

O Chefe da Divisão Técnica Municipal emitiu parecer sobre o pedido de constituição de compropriedade requerida por Carlos Alberto Nunes da Fonseca, Pedro da Fonseca Venâncio dos Santos e Nuno da Fonseca Venâncio dos Santos, do prédio rústico, com a área de 22.404,00 m², sito na Quinta do Mateus, freguesia de Figueiró da Granja, concelho de Fornos de Algodres, inscrito na matriz predial sob o artigo 228, na proporção de 1/3 para cada. -----

De acordo com o estipulado nos números 1 e 2, do artigo 54.º, da Lei n.º 91/95, de 2 de setembro, com a redação que lhe foi dada pela Lei n.º 70/2015, de 16 de julho e com base na informação do Arquiteto Carlos Gomes, nada tem a opor à emissão de parecer favorável da pretensão dos requerentes. -----

Face ao exposto e em virtude de reunir critérios adequados propôs-se parecer favorável ao pedido, cumprindo-se o teor do parecer do Chefe de Divisão Técnica Municipal. -----

A Câmara deliberou por unanimidade dar parecer favorável -----

3 - PROCESSO DE OBRAS N.º 19/18 - AMPLIAÇÃO DE UMA MORADIA UNIFAMILIAR, NA RUA DO BARROQUINHO - MACEIRA, REQUERIDO POR MARIA AUGUSTA FERNANDES DE DEUS SAGE -----

O Chefe de Divisão Técnica Municipal emitiu parecer sobre o processo de obras n.º 19/18 relativo a ampliação de uma moradia unifamiliar, na Rua do Barroquinho - Maceira. -----

O prédio enquadra-se em “espaços residenciais” conforme o disposto nos artigos 46º a 48º do Plano Diretor Municipal de Fornos de Algodres. -----

A solução proposta é de r/c e andar, com uma área de implantação de 101,70 m², igual à existente, uma vez que apenas aumenta a cércea, que se encontra de acordo com a média das edificações envolventes. -----

Deve o requerente, no caso de deliberação favorável, apresentar, no prazo de seis meses, os projetos de especialidades e pedidos de isenção necessários, que devem ser entregues em conformidade com o disposto no número 16 do anexo I (a que se refere o número 1 do artigo 2º - Elementos instrutórios) da Portaria 113/2015, de 22 de abril e de acordo com o número 4 do artigo 20º do Decreto-Lei nº 555/99, de 16 de dezembro, alterado e republicado pelo Decreto-Lei n.º 136/2014, de 9 de setembro. -----

Face ao exposto e com base no parecer técnico do Arquiteto Carlos Gomes, disse nada ter a opor à pretensão do requerente. -----

Em virtude de reunir critérios adequados propôs-se o deferimento do pedido, cumprindo-se o teor do parecer do Chefe de Divisão Técnica Municipal. -----

A Câmara deliberou aprovar por unanimidade -----

4 - PROCESSO DE OBRAS N.º 20/18 - RECONSTRUÇÃO E ALTERAÇÃO DE UMA HABITAÇÃO, NO LUGAR DO MOINHO DO VENTO - ALGODRES, REQUERIDO POR CARLOS ALBERTO REIS NUNES -----

O Chefe de Divisão Técnica Municipal emitiu parecer sobre o processo de obras n.º 20/18 relativo a reconstrução e alteração de uma habitação, no lugar do Moinho do Vento, em Algodres. -----

O prédio enquadra-se em Reserva Agrícola Nacional, em áreas de instabilidade e de vertentes, não se verificando ampliação da área de implantação da edificação. -----

A solução proposta é de cave, r/c e andar, com uma área de implantação de 180,70 m² (mantém a existente) e uma área total de construção de 219,80 m². -----

O edifício, como foi construído há mais de 30 anos, enquadra-se no regime excecional estabelecido no Decreto-Lei n.º 53/2014, de 8 de abril que permite o não cumprimento total do Regulamento Geral das Edificações Urbanas. -----

Deve o requerente, no caso de deliberação favorável, apresentar, no prazo de seis meses, os projetos de especialidades e pedidos de isenção necessários, que devem ser entregues em conformidade com o disposto no número 16 do anexo I (a que se refere o número 1 do artigo 2º - Elementos instrutórios) da Portaria 113/2015, de 22 de abril e de acordo com o número 4 do artigo 20º do Decreto-Lei nº 555/99, de 16 de dezembro, alterado e republicado pelo Decreto-Lei n.º 136/2014, de 9 de setembro. -----

Face ao exposto e com base no parecer técnico do Arquiteto Carlos Gomes, disse nada ter a opor à pretensão do requerente. -----

Em virtude de reunir critérios adequados propôs-se o deferimento do pedido, cumprindo-se o teor do parecer do Chefe de Divisão Técnica Municipal. -----

A Câmara deliberou aprovar por unanimidade -----

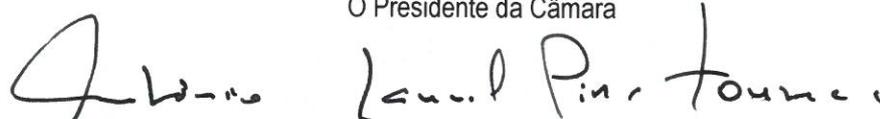
5 - PROPOSTA DE APROVAÇÃO DE ATA EM MINUTA -----

O Senhor Presidente, após leitura da minuta da ata, propôs a sua aprovação. -----

A Câmara deliberou aprovar por unanimidade -----

Não havendo mais nada a tratar o Senhor Presidente da Câmara declarou encerrada a reunião, da qual nos termos do artigo 57.º da Lei n.º 75/2013 de 12 de setembro, na sua atual redação, foi lavrada a presente ata que vai ser lida e assinada nos termos da lei. -----

O Presidente da Câmara



(António Manuel Pina Fonseca)

O Secretário



(Américo Oliveira Domingues)